



ARTIGOS

Cúpula de Líderes sobre o Clima: novidades, velhas novidades e a mesma marcha para o abismo

*Leaders' summit on climate: news, old news, and the same
march to the abyss*

Eduardo Sá Barreto*

Resumo

O artigo propõe uma avaliação crítica da cúpula realizada sob a liderança dos EUA em 2021. Entre as múltiplas declarações de intenções, encontram-se políticas recicladas e algumas ambições novas. Mesmo elas, contudo, são eclipsadas pela magnitude das transformações realmente necessárias para atender as metas de mitigação das emissões dos gases de efeito estufa preconizadas pela comunidade científica.

Palavras-chave: mudanças climáticas; política climática; mitigação.

Abstract

The article proposes a critical assessment of the summit held under US leadership in 2021. Among the multiple declarations of intent are recycled policies and some new ambitions. Even the latter, however, are eclipsed by the magnitude of the transformations needed to meet the greenhouse gas emissions mitigation goals put forth by the scientific community.

Keywords: climate change; climate policy; mitigation.

* Professor da UFF e pesquisador do NIEP-Marx.

Quem vive em busca de motivos para ter esperança, certamente teve um prato cheio assistindo à Cúpula de Líderes sobre o Clima, no dia 22 de abril de 2021. Os dois discursos que abriram a Cúpula, de Kamala Harris e Joe Biden, trouxeram alguns elementos de contundência incomum para o tipo de envolvimento que costumamos ver dos EUA nesse tipo de ambiente.

Harris usou o termo “crise climática” ao menos duas vezes. Enumerou uma série de impactos devastadores, não apenas como previsões para um futuro relativamente distante, mas como realidades já presentes no momento atual. Biden chegou a usar uma expressão ainda mais dura, que já vem figurando há alguns anos nos discursos do secretário geral da ONU, António Guterres: crise existencial, i.e. uma crise que nos ameaça de extinção (Guterres, 2018). E logo em seguida, enfileirou outras afirmações aparentemente compatíveis com o que vem sendo preconizado pelo IPCC (2018). Disse que estamos em uma década decisiva, que é imperativo agir agora, que uma concertação internacional é incontornável, que as maiores economias devem fazer os maiores esforços. Em linha com os discursos de abertura, várias lideranças afirmaram compromissos de alcançar a neutralidade de carbono entre 2050 e 2060.

Tudo isso, claro, é música para ouvidos em busca de esperança. No entanto, apesar de reconhecer alguns elementos novos no tom dos discursos, precisamos ir além desse mero verniz superficial se quisermos saber qual é o conteúdo real de tudo que foi dito na Cúpula. Começemos com a celebrada nova meta ambiciosa dos EUA, a redução de 50% do nível de emissões anuais até 2030, em comparação com o nível de emissões de 2005.

A nova meta estadunidense apresenta diferenças sutis com relação à trajetória de mitigação proposta pelo IPCC, compatível com o objetivo de limitar a elevação da temperatura média do planeta a 1,5°C acima da temperatura de meados do século XIX. O IPCC propõe que se obtenha uma redução de 45% das emissões *globais* até 2030, relativa ao nível de 2010. De imediato, portanto, a meta recém anunciada por Biden parece mais ambiciosa. Ela exigiria cortes maiores (50% ao invés de 45%) e tomaria uma base menor, e portanto mais exigente, para realizar os cortes (2005 ao invés de 2010). Trata-se, contudo, de mera aparência. O nível de emissões dos EUA em 2005 foi, na verdade, *maior* do que em 2010. Ao cortar 50% sobre a base de 2005, os EUA poderiam chegar em 2030 ainda emitindo 3,065 bilhões de toneladas de CO₂¹. Caso esse corte fosse realizado sobre a base de 2010, o nível de emissões de 2030 compatível com a nova meta de corte seria de “apenas” 2,85 bilhões de toneladas de CO₂. O ano-base de 2005, aparentemente mais exigente, é, na verdade, *menos* exigente.

Há outro exercício que também podemos fazer. Acabamos de ver que, al-

¹ Os dados utilizados ao longo do texto podem ser encontrados em <<https://ourworldindata.org/>>.

cançando a meta proposta, os EUA chegariam a 2030 emitindo 3,065 bilhões de toneladas de CO₂. E se eles tivessem se comprometido, ao invés disso, a realizar a mitigação tal como proposta pelo IPCC? Bem, se a proposta tivesse sido cortar as emissões em 45% até 2030, relativo ao nível de 2010, o nível estadunidense de emissões em 2030 seria de 3,135 bilhões de toneladas de CO₂. Em outras palavras, a nação com o maior volume de emissões acumuladas (segundo estimativas para o período entre 1751 e 2017) propõe fazer um esforço de mitigação apenas 2% maior do que será necessário, em média, segundo o IPCC.

Não é difícil perceber que isso está em claro descompasso com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, muito alardeado na diplomacia climática, mas nunca posto em prática. Evidentemente, não nos deve surpreender que ele não seja colocado em prática, já que sua efetivação exigiria dos principais centros de poder no mundo (as maiores potências militares e/ou econômicas) trajetórias de mitigação incompatíveis com a manutenção desse poder.

Entre essas grandes potências, líderes do Reino Unido, Alemanha, Rússia, União Europeia e Japão relataram sucessos no esforço de redução das emissões ao longo das últimas décadas. Tomando o período entre 1992 e 2019, o Reino Unido obteve uma redução acumulada de 37,6% nas emissões de CO₂. A Alemanha, de 27,3%. A Rússia, de 14,3%. A União Europeia (EU-28), de 22,9%. O Japão, finalmente, de 5,9%. Tomados isoladamente, não deixam de ser resultados expressivos. Mas apenas se tomados isoladamente.

Do ponto de vista da crise climática, a variável realmente decisiva é o nível de emissões *globais* (Sá Barreto, 2021). E nesse mesmo período, as emissões globais de CO₂ aumentaram 62,4%. O que esse dado mostra é que, por trás da pirotecnicidade dos números dos casos de “sucesso”, a pergunta a ser formulada é: aquelas reduções teriam sido possíveis sem a exportação massiva de atividades emissoras para a China? Em outras palavras, os sucessos localizados não estão irremediavelmente ligados ao retumbante fracasso geral? Quando vemos que as emissões chinesas cresceram impressionantes 283,7% no mesmo período, temos no mínimo uma pista muito forte de que os sucessos só foram possíveis às custas do fracasso. Uma pista adicional é que a China de Xi Jinping comprometeu-se a *começar* a reduzir suas emissões apenas *a partir* de 2030.

Para além do teatro das metas e das grandes conquistas, os discursos também trouxeram muitas velhas novidades. Muito se falou sobre eficiência energética, estímulo às fontes renováveis, precificação do carbono e tecnologias “verdes”. Analisemos rapidamente cada um desses temas. O estímulo à eficiência energética tem sido uma das grandes apostas da política climática (internacional, nacional e regional) ao menos nos últimos 20 e poucos anos (Sá Barreto, 2018). O raciocínio que o legitima é simples. Quando aumenta a eficiência energética, torna-se possível obter um mesmo resultado útil (em termos de produção ou de consumo) consumindo menos energia. Ao consumir menos energia, consome-se menos

combustíveis fósseis. E, ao consumir menos combustíveis fósseis, emite-se menos CO₂. Diante do já mencionado fracasso em conter a tendência de rápida elevação das emissões globais, um sujeito desavisado poderia vir a concluir que não fomos bem sucedidos no objetivo de aumentar o nível geral de eficiência energética.

Mas não foi isso que aconteceu. E não podemos nos dar ao luxo da ingenuidade de supor que as lideranças das mais poderosas nações do mundo simplesmente não sabem que os persistentes sucessos em ganhos de eficiência energética têm vindo acompanhados de persistentes aumentos das emissões relacionadas à energia. Existe, inclusive, uma vasta literatura *de perspectiva liberal* que discute exatamente esse “efeito rebote” (Sorrell, 2009). Do nosso ponto de vista, a explicação é fácil. O mesmo melhoramento técnico que permite poupar energia, libera capital. Em outras palavras, a energia poupada não é apenas energia. É também capital, que antes precisava ser despendido com aquele consumo que passa a poder ser evitado com a elevação da eficiência energética. Muito bem, esse capital liberado não pode simplesmente se acomodar em sua recém “conquistada” liberdade. Ele precisa encontrar outras aplicações para executar sua lógica expansiva. Em outros termos, ele precisa encontrar alternativas para seguir seu curso de acumulação via expansão de sua escala e/ou via ampliação de seu escopo. A economia relativa de energia (e emissões) necessariamente se traduz em demanda aumentada por energia e emissão aumentada de resíduos, inclusive o CO₂ e outros gases de efeito estufa (Sá Barreto, 2018).

Quanto ao estímulo às fontes renováveis, mais uma vez esbarramos em um longo histórico de “sucessos” convertidos em fracasso. Entre 1992 e 2017, a oferta primária global de energia a partir de fontes renováveis foi expandida em 67%². É um resultado expressivo. No entanto, ele não foi capaz de viabilizar uma efetiva substituição do consumo de combustíveis fósseis. Isto é, não foi capaz de disparar uma efetiva transição energética. Mais uma vez, os motivos são claros. No mesmo período, as ofertas primárias de energia a partir do gás natural, do carvão e do petróleo aumentaram, respectivamente, 80%, 78% e 38%. Em termos de acréscimos absolutos da oferta primária de energia, as fontes renováveis figuram em quarto lugar, com um acréscimo cerca de dez vezes inferior ao do terceiro lugar, o petróleo. Em primeiro e segundo lugar, respectivamente, encontramos o carvão e o gás natural.

Nada disso é por acaso. Esse modo de produção insano e febril que chamamos de capitalismo é absolutamente dependente de energia barata e abundante. Sem ela, as engrenagens da produção pela produção emperram e a dinâmica da acumulação engasga. Quando as lideranças presentes na Cúpula insistem em

² Excepcionalmente, os dados desse parágrafo são da Agência Internacional de Energia (IEA) <<https://www.iea.org>>.

colocar muitas fichas nas energias renováveis, esquecem de nos informar que toda a oferta de energia renovável *de hoje* – incluindo aquela proveniente das centenas de centrais nucleares espalhadas pelo mundo – seria suficiente para atender apenas a demanda de energia do início da década de 1950.

Ainda entre as velhas novidades, mais uma vez fomos apresentados à renovação da fé nos mecanismos de mercado. Assim como nos dois casos anteriores, trata-se de uma via que já demonstrou flagrantemente seus limites. Os mercados de carbono, que já precisaram ser resgatados do colapso financeiro algumas vezes, têm servido tão-somente como mais uma arena para a atividade especulativa e como plataforma para um imperialismo ecológico (não muito) disfarçado. Por um lado, é um mecanismo de mercado que proporciona um benefício econômico adicional para aqueles países do centro que transferem suas atividades intensivas em emissões para países periféricos. Por outro lado, é um mecanismo que premia a exploração de alternativas de mitigação nos países periféricos (Sá Barreto, 2015).

Supostamente, os países periféricos seriam beneficiados pela transferência de tecnologias de ponta que, justamente por serem as mais avançadas, os habilitariam a alcançar formas de produzir menos intensivas em energia. Essa alegação é perfeitamente compatível com a quarta das velhas novidades que mencionei acima, a aposta nas tecnologias “verdes”. Duas coisas rápidas podem ser ditas a esse respeito.

Primeiro, não se trata de uma aposta restrita a pragmáticos chefes de governo. Nosso nível de emissões globais já chegou a tal nível disruptivo, nossa interferência na química atmosférica já alcançou tal intensidade, que nem o moderado e cauteloso discurso científico (representado aqui pelos relatórios do IPCC (2018; 2019; 2020)) descarta a necessidade do emprego de tecnologias “verdes” em escala, escopo e velocidade sem precedentes – inclusive tecnologias de captura ativa e armazenamento de carbono. Claro, a expectativa de que as tecnologias “verdes”, uma vez empregadas em grande escala, seriam capazes de moderar nosso impacto destrutivo repousa sobre bases muito frágeis.

Esse é o segundo ponto a ser destacado. Até aqui, nenhum exemplo que possamos tomar de uma suposta tecnologia “verde” se demonstrou capaz de efetivamente *substituir* tecnologias “não verdes”. O que se apresenta é um empilhamento frenético de tecnologias que mais não fazem do que alimentar a perpétua necessidade de crescimento do capital. Além disso, e mais importante, é possível demonstrar que esse histórico não é casual. Como qualquer tecnologia *nesta* sociedade, as tecnologias “verdes” só são empregadas se forem viáveis economicamente. E para serem viáveis economicamente, precisam ser impulsionadoras de lucro. E quando são impulsionadoras de lucro, alimentam o crescimento. Não qualquer crescimento, mas um crescimento que avança vorazmente sobre o planeta, interferindo destrutivamente em ecossistemas e ciclos naturais (como o do

carbono e o do nitrogênio), no sistema climático e, no limite, no planeta como um todo (Sá Barreto, 2018).

Para fechar essa nota crítica, é impossível deixar de comentar o cinismo latente em todos os principais discursos das lideranças presentes. O tom geral do encontro, dado logo no início pelos anfitriões, foi de que ali se demarcava um ponto de virada. Um ponto de elevação das ambições. Um ponto em que as ambições finalmente seriam colocadas à altura dos desafios, à altura do que é preciso fazer. É claro que vimos, de fato, algumas metas mais ambiciosas. Mas elas são ambiciosas *apenas em relação às metas anteriores*, patentemente débeis. Por outro lado, pelo que discutimos aqui, fica claro que elas são insuficientemente ambiciosas. Elas não estão sequer próximas de estarem à altura dos desafios.

E mesmo assim, mesmo sendo insuficientes, são irrealizáveis *nesta* sociedade. A sociedade do capital é estruturalmente e cronicamente incapaz de moderar suas tendências destrutivas. A possibilidade real de perseguirmos as metas *realmente* ambiciosas e necessárias só se abre a partir do momento em que a humanidade tomar do capital o controle do modo como produzimos e reproduzimos nossa vida em sociedade. Isto é, o enfrentamento real da crise climática pressupõe a superação do capitalismo. As figuras nas principais posições de poder sabem disso e, por isso, precisam prometer pouco dizendo que é muito; e prometer aquilo que sabem que não podem cumprir. Já passa da hora de desafiar esse poder.

Referências

- GUTERRE, A. *Remarks on climate change*. (ONU, Ed.) Fonte: United Nations Secretary-general's speeches: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2018-09-10/remarks-climate-change>>. 10 de setembro de 2018.
- IPCC. *Global warming of 1.5°C: mitigation pathways compatible with 1.5°C in the context of sustainable development*. Genebra: IPCC, 2018.
- IPCC. *The ocean and cryosphere in a changing climate*. Genebra: IPCC, 2019.
- IPCC. *Climate change and land: An IPCC Special Report on climate change, desertification, land. Summary for policymakers*. Genebra: IPCC, 2020.
- SÁ BARRETO, E. "Marx contra a fantasia 'coaseana': uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono", *Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx*. Niterói, v. 3, n. 5, 2015, pp. 263-278.
- SÁ BARRETO, E. *O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- SÁ BARRETO, E. "Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo geológico", *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 30, n. 1(71), 2021, pp. 211-234.

SORRELL, S. "Exploring Jevons' paradox". *In*: HERRING, H. & SORRELL, S. *Energy efficiency and sustainable consumption*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

Recebido em 25 de abril de 2021
Aprovado em 14 de outubro de 2021